

**Título:** Projeto Direito Legal: - Assessoria e Direitos Humanos

**Coordenador:** Domingos Sávio Dresch da Silveira

**Unidade:** Faculdade de Direito

**Autores:** Nemora Gomes da Rocha e Daniel Bettanin e Silva

**Introdução e objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão *Direito Legal*. Tal projeto foi criado e desenvolvido por acadêmicos e profissionais do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SAJU/UFRGS. O serviço é subdividido em grupos que trabalham com temáticas específicas, a fim de promover os direitos humanos, seja por meio da assistência (atendimentos com o público, relativos a diversas temáticas do direito, muitas vezes em caráter interdisciplinar), seja por meio da assessoria (diálogo com a comunidade). Nesse sentido, o grupo “G6+direitos”, que possui como um dos enfoques o trabalho com os direitos fundamentais - tanto na área assistencial, quanto na de assessoria - foi o responsável pela criação do projeto. A partir do contato com as demandas que chegavam ao SAJU, viu-se a necessidade de se elaborar um projeto com o intuito de capacitar a sociedade acerca de noções de direitos humanos e de justiça, promovendo espaços de debate sobre os temas, compartilhando a troca de conhecimentos teóricos com conhecimentos práticos. Frente a isso, destaca-se como objetivos do projeto a introdução de questões que versam sobre os direitos humanos e direitos fundamentais, liberdade de expressão, acesso à justiça e formas de mobilizações sociais. Adota-se como público alvo estudantes de ensino médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA - de escolas da cidade de Porto Alegre. Com isso, o presente trabalho pretende apresentar como o projeto vem se desenvolvendo, apontando as repercussões dos temas trabalhados, bem como as mudanças ocorridas no pensamento crítico dos alunos e acadêmicos/profissionais que realizam o projeto.

**Metodologia:** *Direito Legal* foi desenvolvido tendo como marco teórico os ensinamentos de Paulo Freire. Ao pensar a ação de extensão, foram criadas atividades com o objetivo de promover a problematização da realidade, mas com respeito ao conhecimento de cada aluno, na tentativa de desconstruir a lógica da pedagogia tradicional, de fluxo unilateral de informações do professor ao aluno. A realização das ações concentra-se, basicamente, em quatro dias de atuação, com duração de 2 horas, cada. As atividades previstas para o primeiro dia consistem em dinâmicas que buscam apresentar o conceito de direitos humanos e direitos fundamentais, assim como a forma como eles estão inseridos em nosso cotidiano. Para o segundo dia, as dinâmicas versam acerca da liberdade de expressão, com o intuito de analisar como recebemos e transmitimos as informações do dia a dia. No terceiro encontro, o debate se concentra nas diversas acepções do conceito de justiça. Por fim, no último momento, é realizada uma dinâmica com questões práticas relacionadas aos temas

trabalhados nos dias anteriores. Entretanto, tendo em vista a realidade de cada instituição de ensino, muitas vezes, é necessário o reajuste do projeto, adequando-o ao tempo fornecido pelas escolas e a possíveis temas sugeridos. Devido a isso, o grupo G6+Direitos realiza constantes reuniões de capacitação, para adaptar e reorganizar as atividades a serem desenvolvidas, de acordo com as especificidades dos colégios.

**Processos Avaliativos:** A avaliação do projeto se dá em três momentos distintos: avaliação do processo - ao final de cada dia de atividade, um relator (integrante do G6+Direitos), fornece ao grupo um breve relatório de como ocorreram as atividades do dia, para uma comparação breve com os objetivos esperados; avaliação dos alunos – no final do último dia de atividades é aberto um espaço para que os alunos possam colocar suas impressões, questionamentos e sugestões acerca do projeto; por último, o grupo conversa entre si, a fim de avaliar o andamento do projeto como um todo, abrindo-se espaço para reflexão e novas propostas.

**Considerações Finais:** A partir das ações desenvolvidas pelo projeto, nota-se que há uma grande pluralidade de opiniões em nossa sociedade, desde aceções quanto a notícias e fatos do cotidiano expostos nas dinâmicas, até quanto a conceitos abstratos - noções de direitos humanos e de justiça, por exemplo. Os momentos de debate se dão de forma intensa, na maior parte das vezes, devido à referida pluralidade de opiniões, implicando a reflexão não só dos alunos, mas também dos acadêmicos e profissionais executores do projeto. Além disso, em que pese a restrição de tempo, torna-se explícita a importância do espaço democrático para debates de temas atuais do cotidiano – muitas vezes, esquecidos pelos veículos de comunicação e pelos cronogramas da educação tradicional - que, sem dúvida, despertam o senso crítico, o interesse e a reflexão dos participantes. Desse modo, é uma experiência rica em aprendizado tanto para os alunos, quanto para os executores do projeto, pois possibilita o compartilhamento de diferentes compreensões da realidade social. Sendo assim, o projeto contribui para ampliação dos espaços de troca de conhecimentos e experiências acerca dos direitos humanos e justiça, o que dificilmente é visto no plano pedagógico das escolas. Possivelmente, a falta desses espaços justifique muito do estranhamento apresentado pelos alunos frente aos assuntos abordados em sala de aula. Assim, o Projeto *Direito Legal* diferencia-se dos demais serviços legais tradicionais, que se ocupam de demandas jurídicas clássicas. O caráter inovador decorre de um objetivo político, o qual visa a contribuir para a participação popular no exercício da justiça, reforçando, ainda, um espírito comunitário. Por fim, evidencia-se o desejo da busca pela transformação social, que se dá por meio da troca de saberes teóricos e práticos, integrando academia e comunidade.